

-----**ACTA**-----

-----**da reunião ordinária de 18 de Setembro de 2006**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Setembro de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, no edifício dos Paços do Concelho, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Batista e Moraes Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Faltaram o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Pedro Ribeiro, cujas faltas foram consideradas justificadas.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos que referiu que o heliporto está pejado de entulhos.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que ao ter conhecimento da situação foi visitar o heliporto, bem como uma instalação traseira ao campo do UFCA utilizada para fins menos lícitos e ordenou a limpeza urgente daqueles espaços.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu ter tido conhecimento de que as escolas do ensino básico vão ser apetrechadas com monoblocos climatizados, pré-fabricados.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que o facto de se prever no Concelho vinte turmas em regime de desdobramento era factor de preocupação, pelo que foi decidido tomar de imediato as medidas necessárias a fim de que todos os alunos beneficiassem do regime normal.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre acrescentou que, no dia quinze de Agosto passado, foi solicitado pelo Agrupamento de Escolas de Febo Moniz a compra ou aluguer de monoblocos, para seis turmas da escola do Canto do Jardim e quatro da escola Moinho de Vento, a fim de que as turmas adoptassem todas o regime normal. O Agrupamento de Fazendas de Almeirim já tinha pedido um bloco pelo que, estando a ser envidados esforços para que todas as crianças tenham actividades de prolongamento, optou-se pelo aluguer dos monoblocos climatizados pelo prazo de um ano. Neste momento aguardam-se propostas das empresas para definir o adjudicatário. Uma vez que a construção do Centro Escolar de Almeirim está previsto na Carta Educativa, aguarda o parecer da DREL para o respectivo andamento, pelo que a situação atrás relatada é provisória.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou se já há novidades em relação ao concurso de provimento de um lugar de Veterinário municipal, assunto que será respondido pelo Sr. Presidente numa próxima reunião.-----

-----Perguntou também o mesmo Vereador se já existe resposta ao seu requerimento sobre a Vala de Alpiarça, o que foi respondido negativamente pelo Sr. Vice-Presidente, que remeteu a resposta para o Sr. Presidente.-----

-----Disse ainda o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos ter tido conhecimento de que a cozinheira da escola básica de Marianos teve um grave acidente, ao que a Sr^a Vereadora Joana Silvestre respondeu que vai ser encontrada uma solução temporária para as refeições dos alunos, inclusive com o transporte das refeições confeccionadas noutra cantina.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre informou o executivo que foram assaltados a pré-primária, a escola e o refeitório de Benfica do Ribatejo, donde foi furtado o equipamento informático e bens de alimentação.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse lastimar que a informação relativa à actividade camarária tenha de ser tirada a saca-rolhas: estamos perante um órgão colegial e por boa

vivência democrática e por implicações com as despesas inerentes, devem ser prestadas informações da actividade municipal que, no quadro de um órgão colegial, devia ser feita com respeito a cada pelouro, em particular do da Educação. Outras actividades devem ser comunicadas e não por mero convite, porque enquanto membros do executivo os restantes autarcas devem delas ter conhecimento, como é o caso da festa de abertura do ano lectivo, a exemplo de outras mais que só raramente são informadas aos Vereadores sem pelouro. Quanto aos monoblocos lamenta que só agora o assunto venha a reunião de Câmara e por pergunta do Sr. Vereador do PSD quando esta situação, tal como a citada festa, implica gastos, que não estavam previstos e que poderão obrigar a uma Alteração orçamental. Era de bom tom ter informado o executivo previamente. A solicitação pelas escolas de monoblocos vem na sequência de uma situação que já se previa e para que não foi encontrada solução atempada. Não é bem como diz a Sr^a Vereadora Joana Silvestre que havia muitas crianças, porque se ler a Carta Educativa, havia indícios de que nos iríamos confrontar com um acréscimo da população escolar e, consequentemente, com carência de equipamento para as necessidades de uma escola com um funcionamento normal. Tem a ver com o atraso na elaboração da Carta Educativa e com a falta de planeamento que caracteriza a actividade camarária e a determinação das prioridades: em vez da Câmara se ter endividado para construir a fábrica de enchidos deveria dar prioridade a escolas pré-primárias e primárias, cuja falta já se fazia sentir. E disse esperar que esta situação não perdure no tempo e sejam construídos os novos edifícios que se mostram necessários. Sublinhou que a instalação dos monoblocos, sobretudo no Canto do Jardim, evidencia a existência de espaço que permitiria a construção de um refeitório e da sala para a valência de enriquecimento curricular. No entanto, as escolas do primeiro ciclo continuam sem refeitório e esta instalação demonstra que há espaço para resolver esse problema. E recomendou que o assunto seja considerado prioritário.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre disse que a Carta Educativa não foi aprovada com atraso relativamente às de outros Concelhos, porque esteve em todas as reuniões da CULT e da DREL onde foi debatida e a Carta Educativa de Almeirim teve o mesmo procedimento de elaboração e temporal que as restantes. Neste momento ainda há Câmaras que não têm aprovadas as Cartas Educativas dos respectivos Concelhos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha lembrou que a lei concedia o prazo de conclusão da Carta Educativa até ao ano de dois mil e quatro e o incumprimento de outras autarquias não é assunto que lhe traga consolo. Para além disso, poderá haver Câmaras que tendo a Carta Educativa em atraso não tenham forçosamente os equipamentos escolares em atraso, para as respectivas necessidades educativas.-----

-----O Sr. Vice-Presidente referiu que as questões de educação devem merecer consenso, se não nacional, pelo menos municipal e todos os autarcas devem fazer um esforço para chegar a esse acordo. Quanto ao caso específico de Almeirim, primeiro, quando a Carta Educativa foi aprovada desconhecia por completo o Despacho Ministerial que veio a implementar o programa de enriquecimento curricular e, por ser um facto novo, pode dar origem a que a mesma Carta seja remodelada. Segundo, a Carta Educativa previa, como veio a acontecer, a fusão dos dois Agrupamentos escolares, logo, está cumprido esse pressuposto. A situação nova que se constata é que a distribuição da rede escolar do Concelho está muito mal feita e isso não é da nossa responsabilidade. Temos a Escola Básica do segundo e terceiro ciclos Febo Moniz lotada porque, mesmo com um único Agrupamento, não mostra grande vontade de ceder turmas do terceiro ciclo à Escola Secundária, que se encontra subaproveitada. Na sua opinião a Carta Educativa já precisava de ser revista. E em terceiro lugar, com este contexto e face ao diploma aprovado pelo Ministério da Educação, a posição do Município de querer acabar com a situação de existirem na sede do Concelho vinte turmas em desdobramento, é de enaltecer.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que, quando se conhecerem os custos de aluguer dos monoblocos, deve ser dado conhecimento a este executivo, visto que a informação da Vereadora do pelouro foi extremamente lata e aí fora já se fala em valores.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----VOTO DE CONGRATULAÇÃO - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente a Câmara deliberou aprovar um voto de congratulação e felicitação aos atletas do Clube de Amadores de Pesca do Ribatejo, de Fazendas de Almeirim, Filipe Patrício, que se sagrou campeão do mundo, na categoria de esperanças, em pesca desportiva em água doce e Nuno Lidónio e Victor Fernandes, colectivamente campeões do mundo na modalidade de pesca à carpa.

-----A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade.-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - A Câmara tomou conhecimento das Circulares da ANMP respeitantes à Proposta de Lei das Finanças Locais e à Conferência Europeia Oito Caminhos para Mudar o Mundo - a Contribuição das Colectividades Locais e Regionais para a Realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----Grupo Desportivo Raposense, para inscrição de atletas - quinhentos e vinte e cinco euros; Hóquei Clube Os Tigres, para aquisição de uma viatura de transporte de atletas - cinco mil euros; e Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo, para o seu Festival Nacional de Folclore Infantil - quatrocentos e cinquenta euros.-----

-----O Sr. Vice-Presidente apresentou a sua proposta no sentido

de ser atribuída à Junta de Freguesia de Almeirim a transferência financeira de quatrocentos euros, com destino a uma acção conjunta com aquela autarquia a fim de providenciar um abrigo até ao final do ano, ao munícipe Lino Batista Ferreira, que se encontra desprovido de habitação, após o que se espera uma vaga numa instituição de solidariedade social.-----

-----O executivo aprovou, por unanimidade.-----

-----RESPONSABILIDADE CIVIL - O Sr. Vice-Presidente submeteu à consideração do executivo o pedido de pagamento da factura no valor de oitocentos e sete euros e oitenta e oito cêntimos, do Hospital Santa Maria, respeitante à assistência prestada no dia vinte de Agosto de dois mil e dois, a Cristiano Manuel Roxo Sereno, por acidente ocorrido no skatepark de Almeirim.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que tem vindo a defender, desde o início, que o skatepark e o outro equipamento ao lado não têm segurança e foram mal concebidos de origem. O facto é que representam um risco criado pela autarquia, são de acesso público livre, em zona de lazer, sem vigilância nem controle, são um apelo à utilização e é impossível aos pais terem controle permanente sobre os filhos. Estes são os fundamentos para a autarquia se sentir moralmente responsável. Sob o ponto de vista da legalidade, trata-se de um espaço desportivo e de lazer municipal que não teve vistoria nem tem controle, acessível ao público e perigoso.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse acompanhar a Sr^a Vereadora Manuela Cunha nos considerandos feitos e acrescentou que deveria ser apurado o regime jurídico que aproveita a este tipo de equipamentos, ser pedida a vistoria à entidade de tutela e aconselhou a que a autarquia faça seguro para este tipo de responsabilidade.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, efectuar o pagamento.-

-----AUTOCARROS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros, ao serviço das seguintes entidades:-

-----Programa OTL da Biblioteca Municipal - mil seiscentos e trinta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos; Programa Férias Desportivas - cento e um euros e noventa e seis cêntimos; Jardim de Infância Conde Sobral - seiscentos e quarenta e sete euros e setenta e um cêntimos; ATL Os Pimpinetes - cento e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos; Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo - duzentos e um euros e noventa e dois cêntimos; Rancho Folclórico das Velhas Guardas de Almeirim - mil cento e setenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos; Rancho Folclórico de Paço dos Negros - oitocentos e dezassete euros e vinte e dois cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo - mil novecentos e setenta e um euros e vinte cêntimos; Escuteiros de Almeirim - oitocentos e noventa e dois euros e trinta cêntimos; Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - cento e oitenta e cinco euros e nove cêntimos; Paróquia de Benfica do Ribatejo - trezentos e quinze euros e noventa cêntimos; Associação Desportiva de Marianos e Murta - quatrocentos e vinte e nove euros e sessenta cêntimos; ALDESC, EM - duzentos e trinta e três euros e quinze cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - cinco mil setecentos e cinquenta euros e vinte e dois cêntimos.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou a sua proposta de atribuição de Auxílios Económicos para o ano lectivo de dois mil e seis/dois mil e sete, aos alunos das escolas do primeiro ciclo do ensino básico, com o esclarecimento de que todos os pedidos apresentados com base em declarações de rendimento dos encarregados de educação foram analisadas pelo Gabinete de Acção Social, que fez as averiguações legalmente possíveis da veracidade das mesmas. Assim, propõe que sejam pagos os Auxílios Económicos ao Agrupamento de Escolas de Febo Moniz relativos a cento e quarenta e um alunos, do escalão A e dezanove do escalão B; e ao Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim, de cinquenta e

três alunos do escalão A e dez do escalão B. Ao escalão A corresponde a verba de sessenta e cinco euros e ao escalão B de quarenta e cinco euros.-----

-----O executivo deliberou aprovar, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, que justificaram a sua posição por não possuírem suficientes elementos de análise.-----

-----SEGURANÇA NO CINE-TEATRO DE ALMEIRIM - O Sr. Vice-Presidente referiu que, a solicitação da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que agendou este ponto da Ordem de Trabalhos, foram facultados o Auto de Vistoria da Comissão Local, acompanhada de um responsável da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, datado de vinte e três de Setembro de dois mil e cinco, o qual dispõe que o licenciamento fica pendente do cumprimento das dezasseis condicionantes indicadas; e a informação da Chefe de Repartição, de trinta de Outubro do mesmo ano, sobre o pedido de cancelamento de três garantias bancárias pelo autor do projecto da obra e apuramento de responsabilidades pelo incumprimento do Regulamento das Condições Técnicas e de Segurança da Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que lamenta mais uma vez ter sabido da reprovação pela IGAC através dos jornais e não pela reunião de Câmara. E perguntou, se a maior parte das anomalias detectadas tem a ver com a segurança contra incêndios, o que levou a que o edifício não deixasse de ser utilizado em espectáculos. Os elementos do executivo que tinham conhecimento da vistoria não deixaram de se responsabilizar pela abertura ao público do Cine-Teatro, embora o executivo, enquanto tal, não tivesse conhecimento dessa vistoria. Perguntou se a IGAC não proibiu a utilização ou se ficou a aguardar que fossem reparadas as anomalias e se algumas já estão sanadas.-----

-----O Eng^o Rocha Pinto, convocado para o efeito, explicou que o edifício do Cine-Teatro foi executado fielmente pelo empreiteiro, segundo o projecto da autoria do Arq^o César Ruivo,

o qual informou ter consultado as entidades com competência em matéria de licenciamento. A Comissão Local de Vistorias, acompanhada de dois engenheiros da IGAC, só enviou o Auto após a inauguração do estabelecimento e, na posse do Auto de Vistoria, o próprio pediu ao Arqº César Ruivo que o comentasse. O Arqº não respondeu formalmente, nunca, e foi assumido pelo Sr. Presidente que seria feito um Caderno de Encargos contendo as obras a executar, com vista à sua autorização e quantificação. Depois disto o Arqº veio a pedir o cancelamento das garantias bancárias e surgiu a informação da funcionária.-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que quer prova escrita do indeferimento do pedido de cancelamento das garantias bancárias. E perguntou ao técnico municipal se, perante a vistoria que refere não existirem plenas condições de segurança, considera, enquanto técnico, que havia condições para abrir ao público o Cine-Teatro.-----

-----O engenheiro respondeu que não foram feitas as correcções apontadas e não compete aos técnicos dar parecer sobre a vontade política dos Srs. Autarcas. As correcções têm de ser feitas e se as utilizações do espaço forem esporádicas e com algum controlo, é capaz de não haver problema de maior. E teceu considerações sobre a necessidade de rever periodicamente os sistemas eléctricos, de desenfumagem e sistema contra incêndios.-----

-----A mesma Vereadora lembrou que não foi aprovada pelo executivo uma sua proposta sobre a criação de unidades de gestão por projectos e perguntou ao técnico se está a par das exigências de segurança neste recinto.-----

-----O Engº respondeu que partilha com o Arqº Sampaio todas as responsabilidades inerentes à fiscalização desta obra a qual se traduz em fazer cumprir religiosamente o projecto aprovado pelo dono da obra, para além do que todas as anomalias foram comunicadas superiormente.-----

-----A Srª Vereadora disse lamentar saber disto pelos jornais e também que o executivo tivesse reprovado a sua proposta, apresentada no anterior mandato, de que todos os projectos

encomendados fossem sujeitos a parecer dos técnicos, antes da sua aprovação. Isso levaria a que se evitassem situações destas e muitos trabalhos a mais, com o consequente acréscimo de custos. Por outro lado, lamentou que a decisão de abrir ao público o Cine-Teatro tenha sido tomada, numa situação de debilidade em matéria de segurança e que o executivo não tenha sido informado nem tenha tido opinião. Felizmente não aconteceu nada de mal, mas se tivesse acontecido, deixou a interrogação, como seria encarado o problema em matéria de cobertura por seguro e do ponto de vista moral e ético. Lamentou também que o Cine Teatro tenha passado para a gestão da ALDESC sem que os seus administradores tenham sido informados desta debilidade. Lamentou igualmente, que desde o dia vinte e três de Setembro de dois mil e cinco nada tenha sido feito para alterar a situação e não se tenha aproveitado o mês de Agosto, em que o Cine Teatro esteve encerrado, para resolver este problema. Considerou que até à resolução destas questões, e se não for presente informação da IGAC que diga o contrário, como Vereadora deste executivo, lava as mãos de qualquer responsabilidade adveniente do funcionamento irregular do Cine Teatro. E lamentou ainda que esta questão só tenha vindo a reunião de Câmara por iniciativa da CDU e não da maioria com responsabilidades pela abertura do Cine Teatro e compreende agora por que não lhe foi dada resposta na última reunião de Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos lamentou que há quase um ano a Câmara Municipal esteja para resolver um problema de correcção das desconformidades no Cine Teatro, como consta do Auto de Vistoria, e não o tenha feito. Considerou que a Câmara Municipal deveria averiguar a responsabilidade quanto aos erros do projecto, constantes do mesmo Auto de Vistoria e, caso se venha a apurar que a responsabilidade pelos erros é imputável ao projectista, não deverá ser a Câmara - o erário público - a suportar os custos inerentes à reparação. Por último, considerou que, face às anomalias verificadas, o Cine Teatro não deveria ser utilizado.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse estar solidário com a preocupação dos Srs. Vereadores da oposição, em relação à segurança do Cine-Teatro. Não lhe parece, no entanto, após a leitura do Auto de Vistoria, que se possa considerar que a IGAC interditou a utilização daquele espaço. É, porém, do maior interesse do executivo que sejam ultrapassadas estas inconformidades, com vista a poder ser garantida a máxima segurança na utilização e poder concorrer de pleno direito ao projecto Território Artes, e em relação ao qual a falta de licenciamento está a causar transtornos. Ressalvou ainda a postura da Câmara Municipal ao não libertar as garantias bancárias a solicitação do autor do projecto, por ser uma atitude que lhe parece correcta e a única a manter, neste momento, demonstrativa da preocupação com a resolução do problema, a breve trecho.-----

-----A funcionária que secretaria a reunião, enquanto delegada do IGAC nesta Câmara, pediu autorização para esclarecer que desconhecia o funcionamento do Cine Teatro, já que não mora na cidade e aqui só se desloca para trabalhar e porque não lhe foram pedidas licenças de representação dos espectáculos, as quais não poderia conceder, sendo a situação indiciadora de que o estabelecimento não funcionaria, pelo menos com espectáculos abertos ao público.-----

-----CAPACIDADE DE INJEÇÃO DE POTÊNCIA NA REDE DO SEP E PONTO DE RECEPÇÃO ASSOCIADO PARA ENERGIA ELÉCTRICA PRODUZIDA EM CENTRAL TERMOELÉCTRICA A BIOMASSA FLORESTAL NO DISSTRITO DE SANTARÉM - O Sr. Vice-Presidente referiu que existem três interessados ao concurso promovido pela Direcção-Geral de Geologia e Energia, para a atribuição de capacidade de injeção de potência em título, proveniente da queima de lenha de desbastes e limpeza de florestas para produção de energia. Do ponto de vista ambiental este projecto é inócuo e as cinzas resultantes da actividade são totalmente filtradas. A sua concretização representa a criação de quinze a vinte e cinco

postos de trabalho directos e muitos outros indirectos, com fortes repercussões nos investimentos da agricultura, o que será uma mais-valia para o Concelho. Em termos de localização indicou os terrenos previstos para a implementação do projecto, de propriedade da Torriba e da Sociedade Agrícola do Convento da Serra.-----

-----Nestes termos, propõe que seja aprovada a localização no Concelho de Almeirim, de uma Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal, na sequência do Concurso promovido pela Direcção-Geral de Geologia e Energia, para a Atribuição de Capacidade de Injecção de Potência na Rede do SEP e Ponto de Recepção Associado para Energia Eléctrica Produzida em Central Termoeléctrica a Biomassa Florestal no Distrito de Santarém, até seis MVA.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que uma fábrica é sempre bem vinda no Concelho, mas receia que esta fomite a produção de eucalipto para sua alimentação durante o ano inteiro, já que não há lenha de limpeza suficiente para alimentar as dezoito unidades a licenciamento. O que a preocupa é que a zona do PDM onde pode ser instalada a unidade de Almeirim não prevê qualquer utilização, o que levará à desafectação da RAN e da REN, por motivo de interesse público. Esta instalação pode abrir a porta à eucaliptação do Concelho e afirmou reservar-se o direito de se pronunciar posteriormente sobre a localização definitiva.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do Sr. Vice-Presidente e declarar o interesse municipal na instalação do projecto em apreço.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou que vota a favor desta instalação no Concelho, em todo o caso considera, se o Concelho de Almeirim for o local escolhido para instalação da Central, que deverá ser tomado em linha de conta o Plano de Ordenamento Florestal, bem como ser feita uma avaliação à luz do PDM.-----

-----MANUAL DO TRABALHADOR - Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, agendado pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, defendeu o seu proponente a oportunidade da edição do Manual do Trabalhador, que deverá conter a súmula dos direitos e deveres de cada elemento do pessoal, propondo-se facultar um exemplar, pelo que solicitou o adiamento da deliberação sobre a sua proposta.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo enunciados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Maria Florêncio Pereira, cento e setenta e três de dois mil e dois; José João Bento Galego, cento e sessenta e nove; e Natália Maria Vital Lopes Pombas, duzentos e três, ambos de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Vice-Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em sede de projectos globais integrados nos processos de obras a seguir designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----António Batista Maurício, trezentos e setenta e oito de dois mil; José Silva Firmino, cento e setenta e sete de dois mil e três; António Maria Palma Coelho, duzentos e quarenta e oito A; Joaquim Duarte Gonçalves Isabelinha, duzentos e noventa e seis; Álvaro Roque Ferreira, trezentos; Clube dos Infantes - Creche e Jardim de Infância, Lda, trezentos e dois; Manuel António Eleutério Caniço, trezentos e dezassete, todos de dois mil e cinco; João Antunes Bastos, setenta e nove; Cristina da Silva Valério, oitenta; Fábio António Maia Lucas, cento e vinte e oito; Edemprax - Serviços de Restauração e Bar, Lda, cento e setenta e quatro; Malfeito Ferreira - Investimentos

Imobiliários, Lda, cento e noventa e dois; Espaglobi - Investimentos Imobiliários, Lda, cento e noventa e três e cento e noventa e quatro; Madalena Nunes Coutinho, duzentos e quatro; e Veríssimo Caniço, duzentos e trinta e um, todos de dois mil e seis.-----

-----4 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS-----

-----ABERTURA DE CONCURSO PARA EXECUÇÃO DO 2º TROÇO DA 1ª FASE DA CIRCULAR URBANA - DO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES TERRESTRES ATÉ À ESTRADA DE VALE BARROCAS - Sob proposta do Sr. Vice-Presidente, a Câmara deliberou, por maioria, aprovar o respectivo Projecto, o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos e abrir concurso para Execução do Segundo troço da Primeira Fase da Circular Urbana de Almeirim, do Centro Coordenador de Transportes Terrestres até à Estrada de Vale Barrocas.-----

-----Abstiveram-se os Srs Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos, por não terem tido tempo para analisar o processo.--

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha deixou as perguntas: se o traçado corresponde ao definido em PDM e se as questões de posse dos terrenos estão resolvidas com os proprietários.-----

-----JÚRI DOS CONCURSOS DE FORNECIMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

-----COMISSÃO DE ABERTURA DO CONCURSO-----

-----COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS-----

-----O Sr. Vice-Presidente apresentou as propostas do Sr. Presidente, do teor que segue, justificando a alteração da composição do Júri e das Comissões pela saída do economista João Evangelista para a empresa municipal ALDESC:-----

-----«Ao abrigo do artigo noventa do Decreto Lei cento e noventa e sete de noventa e nove de oito de Junho, proponho que o Júri de Concursos de fornecimentos e prestação de serviços, a lançar pelo Município tenha a seguinte constituição:-----

-----JÚRI DOS CONCURSOS:-----
-----Efectivos:-----
-----Presidente - Vereador Francisco Maurício;-----
-----Vogal - Engenheiro António da Rocha Pinto - substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;-----
-----Vogal - Vereadora Joana Vidinha Silvestre-----
-----Suplentes:-----
-----Vereador José Carlos Silva;-----
-----Eng^a Maria de Fátima Lopes.»-----
-----«Ao abrigo do artigo sessenta do Decreto Lei cinquenta e nove barra noventa e nove de dois de Março, com as alterações introduzidas pela Lei cento e sessenta e três barra noventa e nove de catorze de Setembro e Decreto Lei cento e cinquenta e nove de dois mil de vinte e sete de Julho, proponho a nomeação das seguintes Comissões, para as empreitadas a lançar pelo Município:-----
-----COMISSÃO DE ABERTURA DO CONCURSO:-----
-----Efectivos:-----
-----Presidente - Vereador José Carlos Silva;-----
-----Secretária - D. Graciete do Pereiro Romão;-----
-----Vogal - Engenheira Maria de Fátima Lopes.-----
-----Suplentes:-----
-----Vereadora Joana Vidinha Silvestre;-----
-----Engenheiro António da Rocha Pinto.-----
-----COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS:-----
-----Efectivos:-----
-----Presidente - Vereador Francisco Maurício;-----
-----Vogal - Vereadora Joana Vidinha Silvestre;-----
-----Vogal - Engenheiro António da Rocha Pinto.-----
-----Suplentes:-----
-----Vereador José Carlos Silva-----
-----Engenheira Maria de Fátima Lopes».-----
-----O executivo deliberou, por maioria, aprovar as propostas do Sr. Presidente, com os votos contra dos Srs Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: «Vota contra por considerar que os júris deveriam ser compostos de técnicos em função das questões a analisar e o menor possível de eleitos. Para além disso, o júri não deveria ter todos os elementos fixos, mas ser composto por técnicos das áreas a que se reportam os respectivos concursos, caso a caso, com técnicos competentes e formados nas áreas que estão a ser avaliadas pelas ditas comissões. É óbvio que a Comissão de Análise das Propostas fica muito debilitada no aspecto da avaliação financeira das mesmas, com a composição actual. Mais considero ainda que a repetição dos mesmos elementos nessa Comissão e no Júri dos Concursos não é saudável para a deliberação dos mesmos».-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto contra por adesão aos argumentos invocados pela sua colega, Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Às dezoito horas e cinquenta minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice-Presidente.-----

O Vice-Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição